

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

KAYANE DO NASCIMENTO PINHO

**“QUE SEREMOS NÓS, AS MULHERES?”: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS  
EM CRÔNICAS DE ANTONIETA DE BARROS PUBLICADAS NO JORNAL  
CATARINENSE *REPÚBLICA* À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO (1931-1934)**

SÃO CRISTÓVÃO

2025

KAYANE DO NASCIMENTO PINHO

**“QUE SEREMOS NÓS, AS MULHERES?”: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS  
EM CRÔNICAS DE ANTONIETA DE BARROS PUBLICADAS NO JORNAL  
CATARINENSE *REPÚBLICA* À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO (1931-1934)**

Artigo científico apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Zaluski

SÃO CRISTÓVÃO

2025

À minha mãe, Ginalva.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ginalva Ribeiro, que acompanhou toda a minha trajetória na graduação e esteve ao meu lado nos momentos mais delicados e árduos desse processo. Com quem compartilho as belezas, as conquistas, os desafios, as alegrias e as tristezas desta breve vida de mãos dadas e a quem sou eternamente grata.

Ao meu pai, Dorival Pinho, que me criou sempre enfatizando a importância da educação e investindo em meus estudos. Sou imensamente grata por acreditar em mim e pelos seus esforços, pois é a partir deles que me encontro a breves passos do tão sonhado diploma.

Ao meu querido amigo, Julio Cesar, que com toda a sua delicadeza soube acalmar o meu coração nos momentos mais desesperadores dessa longa jornada.

À professora Dr<sup>a</sup> Josineide Siqueira que com a sua classe, delicadeza e compaixão atravessou o meu fazer pedagógico e acolheu-me de braços abertos no estágio supervisionado. Querida Josi, faço das suas palavras as minhas, “E tudo é história... E que bom que a minha esbarrou na sua!”.

Ao meu orientador, Prof. Dr<sup>o</sup> Jorge Zaluski, um agradecimento imensurável pelo entusiasmo com este tema de pesquisa, pelas orientações que facilitaram a condução da escrita deste trabalho e por contribuir grandemente para a minha formação docente.

**“QUE SEREMOS NÓS, AS MULHERES?”: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS  
EM CRÔNICAS DE ANTONIETA DE BARROS PUBLICADAS NO JORNAL  
CATARINENSE *REPÚBLICA* À LUZ DOS ESTUDOS DE GÊNERO (1931-1934)**

Kayane do Nascimento Pinho<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo utiliza crônicas escritas e publicadas por Antonieta de Barros no jornal catarinense *República*, entre os anos de 1931 e 1934, que discutem sobre as desigualdades sociopolíticas entre homens e mulheres com o objetivo de analisar de que forma a escritora utilizou-as para questionar as normas e os estereótipos de gênero vigentes na época e refletir, também, sobre as ambiguidades presentes em seu discurso à luz dos estudos de gênero. Para tanto, as discussões foram estabelecidas com base em Mendonça (2016), Pandolfi (2019) e Zanelatto e Alves (2017) para uma breve contextualização nacional e regional. Assim como, utiliza-se de Luca (2008) para uma precisa discussão sobre jornal como fonte histórica. Além disso, Barros (2022) e Lucchesi (2012, 2014) para traçar breves considerações sobre História Digital. Somado a isso, baseia-se nos postulados de Beauvoir (1970), Butler (2018), Hahner (1981), Louro (2004), Priore (2007) e Scott (1995) para revisão bibliográfica sobre a História das Mulheres e dos estudos de gênero dialogando com autores como Akotirene (2019) e Collins e Bilge (2020) para refletir sobre a trajetória da catarinense a partir da perspectiva interseccional. Além de utilizar Espíndola (2015), Fontão (2010) e Romão (2023) para esboçar um percurso biográfico de Antonieta de Barros. Por fim, concluiu-se que enquanto coloca-se em posição de defesa dos direitos das mulheres entende que o acesso à educação, o direito ao voto e ao mercado de trabalho são instrumentos essenciais para a emancipação feminina, entretanto o seu discurso é permeado por ideias conservadoras que perpetuam normas e estereótipos de gênero. Estas, por sua vez, contribuem para reforçar as desigualdades entre homens e mulheres com o intuito de assegurar a manutenção de estruturas sociais patriarcais de controle e opressão das mulheres que subjugam-as à dominação e à exploração.

**Palavras-chave:** Gênero; Direitos das mulheres; Crônicas; Antonieta de Barros.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: kayanepinho@gmail.com.

## ABSTRACT

This article uses chronicles written and published by Antonieta de Barros in the Santa Catarina newspaper *República*, between 1931 and 1934, which discuss sociopolitical inequalities between men and women with the aim of analyzing how the writer used them to question the gender norms and stereotypes in force at the time and also reflect on the ambiguities present in her discourse in light of gender studies. To this end, the discussions were established based on Mendonça (2016), Pandolfi (2019) and Zanelatto and Alves (2017) for a brief national and regional contextualization. Likewise, Luca (2008) is used for a precise discussion of newspapers as historical sources. In addition, Barros (2022) and Lucchesi (2012, 2014) are used to outline brief considerations on Digital History. In addition, it is based on the postulates of Beauvoir (1970), Butler (2018), Hahner (1981), Louro (2004), Priore (2007) and Scott (1995) for a bibliographic review on the History of Women and gender studies, dialoguing with authors such as Akotirene (2019) and Collins and Bilge (2020) to reflect on the trajectory of the Santa Catarina native from the intersectional perspective. In addition, it uses Espíndola (2015), Fontão (2010) and Romão (2023) to outline a biographical path of Antonieta de Barros. Finally, it was concluded that while she takes a position of defending women's rights, she understands that access to education, the right to vote and the job market are essential instruments for female emancipation, however, her discourse is permeated by conservative ideas that perpetuate gender norms and stereotypes. These, in turn, contribute to reinforcing inequalities between men and women with the aim of ensuring the maintenance of patriarchal social structures of control and oppression of women that subjugate them to domination and exploitation.

**Keywords:** Gender; Women's rights; Chronicles; Antonieta de Barros.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01. Publicações em prol dos direitos das mulheres e reflexões sobre normas e estereótipos de gênero.....	13
---	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. TRAJETÓRIA DE ANTONIETA DE BARROS.....</b>	<b>15</b>
<b>3. ANÁLISE DAS CRÔNICAS.....</b>	<b>17</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com a eleição para a Presidência da República, realizada em março de 1930, o então candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas (1882-1954), foi derrotado. Embora alguns aliancistas reconhecessem a derrota, outros, inconformados com o resultado, articularam uma conspiração para chegar ao poder. Denominado pela historiografia como a “Revolução de 30”<sup>2</sup>, ficou sob a responsabilidade de tenentes e de um grupo de civis<sup>3</sup> os preparativos do movimento revolucionário que resultou na retirada da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder que eclodiu em outubro do mesmo ano. Finalmente, em 03 de novembro de 1930, Vargas assumiu o Governo Provisório (1930-1934) da nação, inaugurando, assim, “[...] uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês” (Mendonça, 2016, p. 507).

Durante os anos de 1930 a 1945, período do primeiro governo de Vargas, “o Estado brasileiro avançou seu processo de constituição enquanto Estado nacional e capitalista, inscrevendo na materialidade de sua ossatura – pela multiplicação de órgãos e instituições – os diversos interesses sociais em jogo, metamorfoseados em “interesses nacionais”” (Mendonça, 2016, p. 492). Convencionalmente caracterizado pela centralização do poder que designava ao Executivo os comandos sobre as políticas econômica e social e os aparelhos coercitivo-repressivo, entra em vigor, no Brasil, o projeto de industrialização a partir da implantação de um núcleo de indústrias de base, uma série de promulgações de decretos e leis de proteção ao trabalhador, assim como a adoção do sufrágio feminino, direto e secreto. Da mesma forma, a criação de organismos responsáveis pela construção da nacionalidade, isto é, os órgãos formadores da opinião pública sobre o novo governo e a formação de políticas educacionais que visassem a padronização de conteúdos pedagógicos, currículos e livros didáticos impostos em esfera nacional.

Importante destacar que, a partir da década de 1930, as reformas educacionais implementadas durante o governo de Vargas contribuíram para ampliar a institucionalização do ensino. Junto disso, ao forjar uma nova concepção de infância, permitiu que as classes populares tivessem maior acesso ao ensino. Contudo, mesmo que as meninas tivessem acesso

---

<sup>2</sup> Sobre o Movimento de 1930, ver FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>3</sup> Para melhor compreensão, ver PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: (ORG.), Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 13-35.

ao ensino, distinções implícitas de gênero demarcaram as propostas educacionais atreladas ao projeto de nação da época (Zaluski, 2016; Zaluski, 2021).

Entre os aspectos político-institucionais característicos do regime varguista destaca-se que “As primeiras medidas adotadas durante o Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas” (Pandolfi, 2019, p. 16). Podendo-se observar, de imediato, a montagem de interventorias, um mecanismo importante para a realização do controle sobre as estruturas políticas regionais, em que nomeava-se um interventor e subordinava-o diretamente ao presidente da República. Particularmente, no estado de Santa Catarina, o então governador Fúlvio Aducci (1884-1955), do Partido Republicano Catarinense, apoiou a candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946) e Vital Henrique Batista Soares (1874-1933), mas foi destituído do cargo para a nomeação do general Ptolomeu de Assis Brasil (1876-1935), sucedido pelo seu irmão Rui Zobarán (1889-1954) e, em seguida, por Aristiliano Ramos (1888-1976). Por fim, com a Constituição de 1934, ocorreram as eleições indiretas em que Nereu Ramos (1888-1958) foi nomeado interventor, permanecendo no governo até 1945. Marcando, assim, a ascensão da família Ramos ao poder do estado<sup>4</sup>.

Nessa nova conjuntura política insere-se a catarinense Antonieta de Barros (1901-1952), “uma personalidade fundamental na história da comunicação de Santa Catarina” (Romão, 2023, p. 150) ao fazer parte de um grupo de mulheres pioneiras na imprensa do estado e que a partir de 1923 passou a colaborar para os jornais atuando como colunista e diretora de periódicos. Antonieta, por vezes sob o pseudônimo de Maria da Ilha, atribuiu função política e social à sua escrita ao preencher e questionar “os espaços masculinos com narrativas femininas e, quando possível, feministas” (Romão, 2023, p. 151).

À vista disso, a partir da década de 1930, Antonieta de Barros torna-se colaboradora do jornal catarinense *República*, com a sua coluna intitulada *Farrapos de Ideias*, um “veículo importante na construção de novos sentidos durante a formação de uma nova conjuntura política nacional e regional a partir da Revolução de 30” (Espíndola, 2015, p. 107). O *República* surgiu em 19 de novembro de 1889 sob a direção do jornalista e historiador José Artur Boiteux (1865-1934), tornando-se o primeiro jornal instituído em Santa Catarina após a Proclamação da República e esteve em vigência até o ano de 1937. Enquanto “órgão oficial

---

<sup>4</sup> Para melhor compreensão sobre o contexto político regional durante a Primeira República (1889-1930) e no pós-30, ver CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a Revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

do Estado Republicano de Santa Catarina”, autodenominou-se como “[...] intérprete fiel dos sentimentos da população catarinense”<sup>5</sup> (Lunardi, 2015, p. 97) em que publicava-se diariamente e refletia as disputas políticas da época, circulando não apenas na capital, mas também em outras regiões. Entretanto, após o golpe de 30 passou para o poder do Partido Liberal que tinha entre seus representantes os interventores Aristiliano Ramos e Nereu Ramos.

Consoante as observações de Tania Regina de Luca (2008), compreendemos que o jornal *República* também era “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (p. 118) e enquanto fonte histórica cabe mencionar que durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX havia uma tradição na prática historiográfica associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, por tratar-se “[...] de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (Luca, 2008, p. 112). Nesse contexto, relutava-se em utilizar jornais para a escrita da História, pois eram compreendidos como pouco adequados para a recuperação do passado devido ao seu caráter permeado por interesses, compromissos e paixões que forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas da realidade.

No entanto, com a terceira geração da *École des Annales*, a prática historiográfica altera-se significativamente nas décadas finais do século XX ao propor novos objetos de estudo, problemas e abordagens metodológicas. Vemos, assim, que a partir dos anos 1970 a História total é suplantada por uma História monográfica trazendo ao centro das pesquisas as experiências de grupos e camadas sociais antes ignorados, inspiradas pelo conceito de “história vista de baixo”<sup>6</sup>, do historiador inglês E. P. Thompson. Diante disso, a imprensa passava a figurar como importante objeto da pesquisa histórica deixando de lado a ideia de um “mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”<sup>7</sup> (Luca, 2008, p. 118).

---

<sup>5</sup> Para melhor compreensão sobre a trajetória nos anos iniciais do jornal *República* em Santa Catarina, ver LUNARDI, Emy Francielli. **Batalha de discursos**: o advento republicano e a (re)construção da política catarinense nos jornais partidários (1889-1898). 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93069>. Acesso em: 08 fev. 2025.

<sup>6</sup> Para uma breve compreensão do conceito, ver SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: (ORG.), Peter Burke. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 39-62.

<sup>7</sup> Grifo da autora Tania Regina de Luca das dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), fundidas no livro intitulado *O bravo matutino* (1980).

Diante do exposto, com um caráter filosófico e literário, as crônicas de Antonieta de Barros refletiam sobre a necessidade de emancipação feminina através do voto, do acesso à educação e ao mercado de trabalho como ferramentas de igualdade e justiça social. Contudo, embora entendesse essas pautas como fundamentais para a superação do patriarcalismo, vemos que seu discurso é permeado por certas ambiguidades. Assim sendo, com o presente artigo analisa-se de que forma a catarinense utilizou suas crônicas para questionar as normas e os estereótipos de gênero vigentes na época e discute-se, também, as ambivalências de seu discurso à luz dos estudos de gênero.

Para isso, a partir dos estudos de Joan Scott (1995), compreende-se que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado as relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Logo, enquanto categoria de análise histórica, o gênero permite a compreensão de como os sistemas de poder que privilegiam homens em detrimento das mulheres são historicamente construídos e perpetuados. Em sua concepção, assim como para Judith Butler (2018), o conceito

[...] foi forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica na **biologia como um destino**: o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente de acordo com o sexo que o sujeito nasceu. Essa determinação biológica serve à naturalização da desigualdade entre homens e mulheres. Ao se naturalizar o poder, oculta-se como seus mecanismos operam, bem como a possibilidade de contestação e transformação da estrutura social. O conceito de gênero surge então para afirmar que as diferenças sexuais não são por si só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais. (Firmino; Porchat, 2017, p. 54-55).

Butler (2018) discute ainda sobre o caráter performativo do gênero, isto é, o gênero constitui-se a partir de uma série de atos e normas culturais identificáveis como masculinas ou femininas que através da repetição constroem uma falsa identidade fixa. Para a autora,

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (Butler, 2018, p. 182).

Nesse sentido, essas performances constataam a fluidez e a instabilidade inerentes ao gênero reafirmando a ideia de que as identidades de gênero são construções sociais que dependem de repetições estilizadas para manter a ilusão de coerência e estabilidade.

Além disso, é imperativo refletir sobre a escrita da catarinense a partir da noção de interseccionalidade, conceito que destaca-se com o pensamento feminista negro, que compreende como “as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas [...]” (Collins; Bilge, 2020, p. 16) e “[...] produtoras de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelos seus entrecruzamentos [...]” (Akotirene, 2019, p. 14), moldando, assim, as suas experiências. À vista disso, Antonieta, como mulher negra em uma sociedade patriarcal e racista, enfrentou um conjunto único e interligado de desafios que influenciaram a sua trajetória. Nesse sentido, a perspectiva interseccional, enquanto ferramenta analítica, é crucial para entender como a autora navegou por múltiplas opressões e ao mesmo tempo resistiu a elas junto de estratégias discursivas que denunciavam as convenções sociais da época acerca dos limites impostos às mulheres.

Destarte, a presente pesquisa debruça-se sobre suas crônicas escritas para o jornal *República* como objeto de estudo. Publicadas entre os anos de 1931 a 1934, período no qual iniciou como colaboradora no impresso até a primeira eleição como deputada estadual de Santa Catarina (1935-1937), quando interrompe seus escritos jornalísticos e no qual centra-se esse trabalho, suas crônicas eram utilizadas como manifesto político em que demonstrava “[...] concordância com a construção e a articulação política pelos direitos das mulheres, publicando sua posição de adesão, militando a seu modo e de acordo com suas crenças e convicções” (Romão, 2023, p. 200).

Desse modo, a partir da análise de edições do jornal *República* encontram-se destacadas a seguir as fontes históricas que viabilizaram o desenvolvimento desta pesquisa, disponíveis no portal Hemeroteca Digital Catarinense:

**Tabela 01. Publicações em prol dos direitos das mulheres e reflexões sobre normas e estereótipos de gênero**

	<b>EDIÇÃO</b>	<b>DATA DA PUBLICAÇÃO</b>	<b>CONTEÚDO PRINCIPAL</b>
1	Nº 269 - Ano I	12 de setembro de 1931	Reflexão sobre a supremacia masculina.
2	Nº 417 - Ano II	06 de março de 1932	Crítica à literatura feminina.
3	Nº 423 - Ano II	13 de março de 1932	Crítica à inércia feminina.

4	Nº 496 - Ano II	12 de junho de 1932	Desigualdade de gênero na educação.
5	Nº 526 - Ano II	17 de julho de 1932	Sufrágio feminino.
6	Nº 954 - Ano II	03 de setembro de 1933	Desigualdade de gênero na educação em Santa Catarina.
7	Nº 30 - Ano I	15 de abril de 1934	Emancipação feminina.

**Fonte:** Hemeroteca Digital Catarinense. Org. Pinho, 2025.

Vemos, portanto, que o presente estudo desenvolve-se no estado de Sergipe enquanto as fontes históricas foram escritas e publicadas em Santa Catarina evidenciando, assim, que a sua viabilidade deve-se à historiografia dos novos tempos sintonizada com características da Era Digital (Barros, 2022) em que as tecnologias da informação<sup>8</sup> tornaram-se aliadas às pesquisas historiográficas na medida em que facilitam o “acesso a um vasto acervo de informações e recursos, como documentos históricos, imagens e vídeos, que podem ser explorados pelos pesquisadores para aprofundar seus estudos e análises” (Lacerda, 2023, p. 2) anteriormente não democratizadas, limitando o seu acesso.

Segundo Anita Lucchesi (2014), “na transição do analógico para o digital, como muito antes a passagem da tradição oral para uma tradição alfabética, criam-se novas formas de expressar e dispersar informações. Emergem desse caldo novas formas de escrever e ler” (Lucchesi, 2014, p. 47). Nesse sentido, observa-se que a história digital contribuiu para democratizar o acesso e a preservação de fontes históricas dado que

[...] essa facilidade de acesso às fontes históricas digitais proporciona aos historiadores a oportunidade de ampliar suas investigações, examinar novas perspectivas e explorar aspectos menos conhecidos ou negligenciados da história. Além disso, a disponibilidade dessas fontes em formato digital possibilita uma análise mais ágil e eficiente, uma vez que é possível realizar pesquisas, realizar consultas e extrair informações de maneira mais rápida e precisa (Lacerda, 2023, p. 4).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as principais temáticas relacionadas à condição da mulher na época abordadas nas crônicas de Antonieta de Barros, com foco em questões como direito ao voto, acesso à educação e inserção no mercado de trabalho, além de discutir de que forma a escritora utiliza suas crônicas para questionar os

---

<sup>8</sup> “Por tecnologias digitais entende-se os sistemas e ferramentas tecnológicas que desempenham um papel fundamental na criação, armazenamento, processamento e transmissão de informações em formato digital. Essas tecnologias constituem a infraestrutura essencial que possibilita a existência e o funcionamento das mídias digitais.” (Lacerda, 2023, p. 2).

estereótipos e normas de gênero vigentes no período, refletindo, ainda, sobre as ambiguidades presentes em seu discurso com base nos estudos de gênero. Acreditamos que este trabalho permite perceber como a escritora utilizou o espaço de privilégio que ocupava como jornalista no *República* para contribuir para a luta dos direitos das mulheres e romper com uma estrutura social de opressão e controle das mulheres, mesmo que a sua escrita seja atravessada por certas ambivalências. Para isso, este trabalho está distribuído em duas etapas, na primeira buscamos apresentar um breve panorama da trajetória de Antonieta de Barros e na segunda realizamos a análise dos discursos selecionados para este texto.

## 2. TRAJETÓRIA DE ANTONIETA DE BARROS

Em 11 de julho de 1901 nasceu, em Florianópolis, Antonieta de Barros. Filha de Catarina Waltrick, que assim como sua avó materna, Maria do Nascimento, foram mulheres negras escravizadas na cidade de Lages, em Santa Catarina, e Rodolfo José de Barros<sup>9</sup>. Antonieta foi uma intelectual negra que interessou-se pelas letras ainda jovem e tornou a educação “[...] sua estratégia de sobrevivência e existência” (Romão, 2023, p. 105).

Em 1912, aos 11 anos de idade, concluiu o segundo ano da Escola Feminina junto à sua irmã Leonor de Barros (1903-1973), na capital florianopolitana. Anos mais tarde, em 1918, submeteu-se aos exames de admissão para a Escola Normal Catarinense, ingressando em fevereiro do mesmo ano. Enquanto normalista, Antonieta editou e dirigiu a revista *Buliçosa*, tornou-se cofundadora e presidente da primeira diretoria do Centro Cívico das Normalistas, uma iniciativa de ativismo estudantil, e logo após formar-se pela Escola Normal Catarinense, em 1921, Antonieta junto à sua irmã fundaram o Curso Primário Antonieta de Barros em sua residência.

Entre os anos 1923 e 1924 passou a escrever para periódicos como o *Jornal de Joinville*, *O Elegante* e a *Revista Panal* e foi cofundadora da Liga do Magistério Catarinense (LMC), uma representação de docentes, assumindo o cargo de primeira secretária e em 1925 passou a integrar a direção do Centro Catarinense de Letras, uma instituição literária fundada “[...] de uma disputa existente entre intelectuais, oriundos das camadas populares, muitos deles negros, e a Academia Catharinense de Letras, que agregava a elite das letras do Estado” (Espíndola, 2015, p. 58). No ano de 1929 estreou a epígrafe *Farrapos de Ideias* no jornal dos

---

<sup>9</sup> Para melhor compreensão sobre a genealogia de Antonieta de Barros, ver ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX.** 2015. 282 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2NGEK>. Acesso em: 01 dez. 2024.

estudantes do Instituto Politécnico, intitulado *Folha Acadêmica*. Finalmente, em 1931, inaugurou a sua coluna de mesmo nome no jornal *República*.

Em 1933 foi nomeada professora da Escola Complementar Lauro Muller, tornando-se professora titular de Português e Literatura, além de ter alistado-se como eleitora um ano após a conquista do sufrágio feminino. Com a candidatura e eleição para deputada estadual de Santa Catarina, em 1934, afastou-se do magistério e dos jornais e, dessa forma, tornou-se a primeira mulher negra a ocupar esse espaço no Brasil. Após a posse, presidiu as Comissões de Educação e Cultura e do Estatuto do Funcionalismo Público na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, quando também apresentou iniciativa de lei que criou o concurso público para magistério. Entretanto, teve o seu mandato interrompido devido à cassação pela ditadura estadonovista, em 1937.

Mais à frente, em 1948, assumiu o seu segundo mandato como deputada estadual, passando a integrar as Comissões de Educação e Saúde e de Orçamentos e Contas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, apresentando o projeto de lei que criou o Dia do(a) Professor(a), da Escola Profissional Feminina, além de ter apresentado um projeto para a criação de ginásios, “[...] como política pública para a ampliação dos anos de estudos das camadas mais pobres” (Romão, 2023, p. 342). No ano de 1951 aposentou-se do magistério público e em 28 de março de 1952 faleceu por complicações do diabetes em Florianópolis. Nesse sentido, vemos que enquanto educadora, jornalista e parlamentar, dedicou a sua vida à luta contra as desigualdades sociais e o seu legado permanece na memória coletiva daqueles que encontram em sua vida e obra inspiração para uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, como mulher negra e de origem humilde, a escrita de Antonieta, em um contexto social marcado pelas hierarquias raciais, reflete os obstáculos impostos pela combinação do racismo estrutural, que excluía negros de lugares de prestígio e do patriarcado, que destinava as mulheres a papéis secundários. Logo, a partir do pensamento interseccional, entendemos como “[...] a avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, nos revela quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (Akotirene, 2019, p. 29). Consoante as observações de Daiana Silva e Christiane dos Santos Luciano (2022),

Mulheres negras em suas singularidades, mesmo que atravessadas por diversas opressões, ao longo da história de resistência da população negra, foram movidas por suas experiências de re-existência, de driblar as desigualdades históricas, econômicas e sociais. Segundo Patricia Hill Collins (2016), as mulheres fazem uso criativo do lugar de marginalidade. À medida que as mulheres negras reconhecem o

ponto de vista fornecida por esta inserção pelas margens, isto é, pelo lugar não consagrado socialmente, da “não existência”, das situações desiguais, de objetificação etc., tornam-se mais conscientes das desigualdades sociais a que são expostas e dessa forma inauguram estratégias para romper fronteiras colocadas pelo racismo estrutural, uma política desumanizadora que é parte integrante do capitalismo. (Silva; Luciano, 2022, p. 285).

Desse modo, temos a trajetória de Antonieta atravessada por imposições do que ela deveria ser, de como se portar e por onde transitar. Entretanto, observamos que insistiu em outros futuros para si e para outras pessoas, especialmente para as mulheres e para a população carente, resistindo, assim, às exclusões e inserindo-se como professora, escritora e política na sociedade da época. Sobre suas crônicas, podemos destacar que seus escritos perpassam a crítica às desigualdades entre homens e mulheres, como veremos a seguir.

### 3. ANÁLISE DAS CRÔNICAS

Em seus escritos, a estratégia discursiva empregada por Antonieta de Barros revela anuência com a construção e a articulação política pelos direitos das mulheres. Para Jeruse Romão (2023), a autora

[...] tinha consciência de que o reconhecimento do lugar da mulher na sociedade brasileira e catarinense ainda era um desafio. Apesar de não ter assumido um discurso radicalizado, entendia que o lugar que a mulher ocupava, no seu tempo, não expressava aquele que merecidamente deveria ocupar. (Romão, 2023, p. 206).

À vista disso, baseando-se na narrativa bíblica a respeito da criação do homem e da mulher, a crônica publicada em 12 de setembro de 1931 busca questionar a supremacia masculina e a exclusão das mulheres dos processos civilizatórios e democráticos.

A criação do homem. A sua primazia na existência. Snra. CIVILIZAÇÃO. Os factos, séculos a dentro, confirmando o trabalho divino.

Quando Deus fez o mundo, achou, depois de muito trabalhar devia rematar sua obra dum modo mais elevado, soberbo, grandioso.

Foi, então que fez o homem, “a sua imagem e semelhança”;

Era a perfeição magna da obra divina, contudo não era o fim.

Depois do homem, para amenizar-lhe a existência no Paraíso (donde se reduz a vida é, na sua essência, fastidiosa, visto que, até no Eden, havia possibilidade da criatura enfadar-se) Deus criou a mulher, isto é, uma costela de Adão corporificada.

Assim rezam as noticias sôbre o monumental trabalho do Grande Arquitecto.

\*

Ao homem, portanto, é impossível negar-se, coube a primazia na existencia, mas, de modo nenhum, a exclusividade.

Depois de Adão, veio a Eva.

\*

Rolaram séculos e séculos e, pêla fôrça do direito, ou pêlo direito da fôrça, Adão tem sido o monopolizador da soberania na vida.

\*

Mas...Civilização, senhora acatadíssima e respeitável, depois de muita cousa interessante, pôs, no cartaz, a nivelção dos direitos de Adão e Eva (uma espécie de democracia) e a descoberta de inteligência feminina.

Dá para cá, entre a barulhada do Jazz e Cia., Eva, numa guerra surda, mas perseverante, invade, em todos os pontos, os domínios masculinos e procura derrubar o poderio de Adão.

Roma e Cartago...

\*

Grande tem sido a grita de um lado, e não menor o avanço do outro.

Todavia, analisando os factos, chega-se á conclusão de que, dentro da vida, os ciclos se succedem, inevitável e ininterruptamente.

E, se nada é novo sôbre a terra, o cartaz de Mme. Civilização indica apenas, a repetição, quando á ordem, do trabalho divino: até agora, a exclusividade; dagora em diante, tão somente, a primazia.

Maria da Ilha<sup>10</sup>

Utilizando-se de refinada ironia, Espíndola destaca que a escritora “[...] discorda do sentido religioso que coloca o homem como criação perfeita, pelo fato de representar a imagem e semelhança de Deus, e a mulher apenas como um complemento ou distração para os momentos de tédio” (Espíndola, 2015, p. 150), pois essa interpretação evidencia uma estrutura hierárquica de privilégio masculino. A sua crítica centra-se, portanto, na contradição existente entre os ideais de progresso científico e civilização, pois “[...] carregava um falso discurso de inclusão das mulheres pela via democrática” (Espíndola, 2015, p. 150). Desse modo, em uma sociedade patriarcal que performava as desigualdades de gênero, o discurso de progresso não rompeu com o machismo e o patriarcalismo, dado que esses discursos eram produzidos por homens, permeados por distinções de gênero, e, na prática, condicionava-se às mulheres a opressão, a exploração e a dominação que as subjugavam. Assim, a crítica de Antonieta de Barros, através do jornal *República*, provoca um novo discurso em vista do rompimento com as desigualdades. Investe em uma narrativa que parte do viés religioso, mas não no sentido de reforçar a suposta superioridade masculina, mas sim, crítica a essa noção, apoiando-se no discurso bíblico para questionar as desigualdades entre homens e mulheres. Pois, se Deus haveria feito a mulher de sua costela para garantir a igualdade, onde ela estaria? Quais os motivos das mulheres serem impedidas de terem a mesma liberdade que os homens?

A sua crítica perpassa, também, pela desigualdade no campo intelectual entre homens e mulheres que em sua concepção possui origem no atraso educacional das mulheres, tendo em vista que o acesso ao ensino delas foi tardio e completamente generificado (Zaluski, 2020). Assim sendo, na coluna de 06 de março de 1932, a catarinense reflete sobre a literatura feminina, que compreende como instrumento de educação e de estímulo ao

---

<sup>10</sup> Jornal República, Florianópolis, n. 269, 12 de setembro de 1931, p. 1.

pensamento crítico, mas negligencia-se este aspecto quando se analisa a escrita literária feminina, pois entende que é dotada de superficialidade e por um sentimentalismo excessivo.

São os próprios homens que depois se riem da fala de cultura e do pieguismo da quase totalidade das mulheres.

Tudo é natural e o reflexo da falta de comedimento, com que escrevem os artifices da ideia.

A literatura chamada feminina é escassa, escassíssima.

E, além de minguada, ainda vem repleta de pieguismo, pieguices, e virgem, completamente virgem de ideias.

Literatura para convalescente.

Diante disto, fica se obrigada a ler baboseiras, ou ler pieguices, ou fazer, como aquele sujeito do Camilo - se não me engano: - abster-se de leitura e comer batatas, para o embrutecimento completo do espírito.

Não cabe, pois á Mulher a responsabilidade do seu fraquíssimo desenvolvimento cultural, mas a quem a fechou na muralha de preconceitos e lhes escreveu livros, quando as ideias, propriamente ditas, dormiam.

Enfronhado-se nesta leitura óca, fatalmente, conseqüentemente, logicamente, formarão o espírito ó sua imagem e semelhança.<sup>11</sup>

Ao analisar o excerto, percebe-se que a autora responsabiliza a sociedade pelo deficitário nível educacional das mulheres que entende como resultado da falta de investimentos e que as mantém enclausuradas por preconceitos. Para Antonieta de Barros, são endereçados estudos e um ensinamento completamente distante do destinado aos homens. Para a escritora, “fica se obrigada a ler baboseiras, ou ler pieguices” seria uma forma de limitar as mulheres e reforçar a suposta feminilidade como natural, em que competiria a elas os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos, marido, a casa ou até mesmo para o fantasioso romantismo. Logo, a literatura e escrita de mulheres era subjugada e inferiorizada. Compreendemos, assim, que, por mais que essas narrativas endereçadas às mulheres visem encaminhar um reforço às desigualdades entre os gêneros, exibem conhecimento, compartilham ideias e saberes. Contudo, o que questiona-se, seguindo a crítica de Antonieta, é a limitação das mulheres a esses espaços, a busca desses discursos para garantir que as mulheres estariam predestinadas à serviência. Em um contexto social de que

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar da sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função formadora dos futuros cidadãos. (Louro, 2004, p. 373)

<sup>11</sup> Jornal República, Florianópolis, n. 417, 06 de março de 1932, p. 1.

Diante do exposto, na publicação de 13 de março de 1932, a autora discute sobre a importância do papel da mulher na formação moral e social dos indivíduos. Apesar de o seu pensamento estar em consonância com a ideia de que “[...] o magistério era visto como uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher” (Louro, 2004, p. 377), fruto do processo de feminização da docência<sup>12</sup>, defende que é a partir do acesso à cultura e à independência, através da conquista de direitos políticos e sociais, que poderão se reconhecer como indivíduos plenos tendo em vista, ainda, que transitar das ruas do espaço doméstico para as instituições de ensino permitiria muitas outras oportunidades das quais a predestinação ao espaço privado não estava garantida. Dessa forma, Antonieta infere que as mulheres precisam superar essa inércia criminosa e assumir um papel social mais ativo e consciente, somente assim, alcançar-se-ia um progresso verdadeiro, pois “[...] não era afeita à vinculação da figura da mulher as representações ilustrativas de enfeite para o universo masculino, de realeza do lar ou, ainda, associando-as a temperamentos dóceis ou posturas submissas” (Romão, 2023, p. 205). Logo, a educação escolar das meninas/mulheres defendida por Antonieta de Barros, para além do reforço das distinções entre homens e mulheres, contribuiria ao menos de duas grandes formas. Primeiro, permitir que as mulheres pudessem usufruir de outros espaços, posições e profissões e segundo, de que a educação das meninas/mulheres permitiria ampliar a noção de mundo, em provocar uma educação libertadora. Como podemos observar,

E, se dizemos entre as mulheres, é tão somente por serem elas, que no lar e na escola, lançam as pedras básicas, o alicerce da moral do indivíduo futuro.

São elas que amalgamam o caráter informe, modelam, ajeitam, retocam, infiltrando-lhe no espírito crédulo, dócil, ductil e cândido, as leis morais e sociais que, indeleveis, aí ficarão e pelas quais se dirigirá o homem, quando a evolução natural o atirar no mar encapelado da sociedade.

\*

Tem feito muito a Mulher, levada pela sensibilidade natural por este quid divino que empresta às mães o dom da intuição.

Falta-lhe, porém, na quase totalidade dos casos, o conhecimento das agruras da vida e das mil e uma tempestades á que está sujeita a melhor das criaturas.

A alma feminina se tem deixado estagnar, por milhares de anos, numa inércia criminosa.

Enclausurada por preconceitos odiosos, destinada a uma ignorância ímpar, resignando-se santamente, candidamente, ao deus Destino e á sua congênera Fatalidade, a Mulher tem sido, de verdade, *a mais sacrificada metade do gênero humano*.

Tutelada tradicional, irresponsável pelos seus atos, boneca-bibelot de todos os tempos, não possui firmeza bastante para transmitir aos educandos, sentimentos que lhe dão o conhecimento plenos de todas as angústias, e passíveis casos, fruto do egoísmo humano, que o amor á Humanidade, manda abater [...], abater sempre, até

---

<sup>12</sup> Para melhor compreensão, ver LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-403.

o triunfo integral, o qual não é do que dispõe de mais força, mas de que melhor sabe terçar as armas.<sup>13</sup>

Assim sendo, a escritora critica a histórica marginalização das mulheres que permaneceram em estado de inércia e aprisionadas por convenções sociais que as impediram de desenvolver-se como indivíduos autônomos. Em consonância, nas publicações de 17 de julho de 1932 e 03 de setembro de 1933, a autora celebra avanços na sociedade da época como a conquista do direito ao voto pelas mulheres no Brasil, a partir do Decreto 21.076 de fevereiro de 1932 que instituiu o Código Eleitoral, e reflete sobre os obstáculos que perduram para a ampla integração das mulheres nas esferas política e social.

As feministas brasileiras estão vencendo a última etapa, na campanha por que tanto se bateram: a conquista dos direitos políticos.

Não encontramos, na concessão do voto á Mulher, nada mais do que uma interpretação certa á letra da nossa Constituição de 91.

E, se êsse triunfo não nos deixou indiferente, sem sermos feminista, foi por ter le alcançado pela fôrça do direito.

\*

As conquistas sólidas dos Ideias são as que se fazem sôbre os alicerces da Razão, rompendo trevas, fazendo luz, com tato, sem as discórdias que enfraquecem, sem os interesses subalternos que amesquisam e aviltam.<sup>14</sup>

Nesse sentido, o pensamento de Antonieta alinha-se à ideia de que “[...] a supressão dos direitos da mulher traria “prejuízos” à nação, “retardando o progresso geral”” (Hahner, 1981, p.118). Ainda diante das observações de June Hahner (1981), com a elaboração de um manifesto, que assemelha-se a uma “Declaração dos Direitos da Mulher”, pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino em maio de 1928, “[...] tornou claro que os direitos políticos não eram meros privilégios a serem transmitidos através de um capricho daqueles que estavam no poder, mas sim direitos inalienáveis, cuja negação era uma grave injustiça à mulher brasileira” (Hahner, 1981, p.118).

Além disso, expressa preocupação com o acesso reduzido à educação superior pelas mulheres catarinenses. A escritora critica o fato de que o Curso Normal, que formava professoras, era a única opção disponível para muitas delas, e que o Ginásio não permitia a matrícula de mulheres, impedindo-as de prosseguir para o ensino superior. Para Antonieta, “[...] tais limites ocorriam [...] pelo fato destes serem espaços masculinos e elitizados, fundados por governos anteriores. Disso decorria um claro limite ao acesso à educação pelas mulheres, bem como por sujeitos oriundos das classes populares” (Espíndola, 2015, p. 162).

<sup>13</sup> Jornal República, Florianópolis, n. 423, 13 de março de 1932, p. 1.

<sup>14</sup> Jornal República, Florianópolis, n. 526, 17 de julho de 1932, p. 1.

Há, por todo êste Brasil, horizontes sem fim, em perspectiva, diante das capacidades femininas.

A Mulher avança, a passos rápidos, na conquista de todos os direitos, embora a sua pretensão á política representasse um fragoroso fracasso de estréia.

Foi o comêço e todo o comêço é árido.

A evolução natural dos povos tinha de derrubar e arrastar, diante de si, a muralha gigantesca das convenções que espiritos amantes do tradicionalismo queriam á viva fôrca conservar.

\*

Na derrota feminina nas eleições para a Constituinte, não vimos, como disse grande escritor patricio, a maldade das mulheres para com as mulheres, mas, simplesmente, o que temíamos - a falta de independencia moral em que, sempre, se acorrentou o sexo fraco.

Os frutos da Rotina não se despedaçam com simples golpes da audácia.

São precisas marteladas infinitas, dissabores sem conta, para que se vislumbre um raio de luz, em tão intensa treva.

...

Enquanto as moças dos outros Estados conseguem, facilmente, todos os seus desejos relativos á instrução, as catarinenses são enclausuradas dentro da pequenina cultura dum Curso Normal que não lhes dá mais regalias senão a de serem professoras.

\*

Os preparatorios ginasiais tornaram se, hoje, a chave para o ingresso em todos os estabelecimentos superiores de cultura artistica ou não.

As moças catarinenses, a não ser as que dispuserem de grandes recursos financeiros, estão impossibilitadas de se aparelharem para as grandes conquistas.

O nosso Ginásio não permite que o sexo fraco frquente as aulas.  
E não se cogita de regularizar esta situação.<sup>15</sup>

Entretanto, para referir-se às mulheres, utiliza o termo “sexo fraco”, expressão carregada de estereótipos que sugere fragilidade, inferioridade ou dependência em relação aos homens. Uma concepção enraizada em estruturas sociais patriarcais que foi comumente utilizada para a manutenção de uma dinâmica social opressiva de controle das mulheres. Segundo a perspectiva beauvoiriana (1970), “o drama da mulher é esse conflito entre reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial” (Beauvoir, 1970, p. 23) que corrobora para desconstruir a ideia de "fraqueza" feminina, visto que essa noção é resultado de uma construção social que concebe a mulher como o Outro e "inessencial" em relação ao homem e este, por sua vez, tornou-se a totalidade, o sujeito universal. Nesse sentido, o termo empregado trata-se de uma consequência dessa estrutura social que mantém as mulheres em um estado de inércia existencial em que se nega a possibilidade de se afirmarem como sujeitos essenciais e autônomos.

Diante disso, na crônica de 15 de abril de 1934 Antonieta discute sobre o papel da mulher no processo de evolução da sociedade, criticando a resistência às mudanças e a visão

<sup>15</sup> Jornal República, Florianópolis, n. 954, 03 de setembro de 1933, p. 1.

tradicional que mantém as mulheres à margem social. Posto isso, a autora defende que a evolução é inevitável e que as mulheres devem ser reconhecidas como seres essenciais e autônomos reforçando, ainda, a necessidade de “[...] reconhecimento de direito ao pensamento, à reflexão, à tomada de decisão, ao desenvolvimento do cérebro feminino e à inteligência, deixando de estar à margem ou à sombra dos homens” (Fontão, 2010, p. 176). Desse modo, a partir da análise da publicação, infere-se que a catarinense advogava pela emancipação feminina apontando a necessidade de assumir o papel de agente social, não contentando-se à passividade e à dependência.

Acorde-nos, então, á mente a pergunta que deve existir em todo cérebro feminino, neste momento:

Que seremos nós, as Mulheres? Irracionais ou domesticadas?

Porque essa questão de inteligências e aptidões femininas, ora em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre irracionais.

Se ela é um ser superior, tem o direito líquido de agir, pensar, trabalhar, ser indivíduo.

Se não é superior, que se contente em viver á sombra, na cômoda, mas degradante situação de parasita, pois que a decantada maternidade é missão e não profissão.

Não somos feminista, se se entende por feminismo a aspiração política, cigarro á bôca, etc.

Daí não nos poderem julgar despeitada.

A Mulher teve, até há pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer coisa quebradiça e de alto preço, para a qual todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetoras.

E isso está agonizante e querem reviver.

Foi a êsse ridículo que roubaram a Mulher.

Não discutimos direitos. Apontamos necessidades, a coisa única que tem poderes discricionários sôbre todos os seres.

Se a evolução mental do nosso povo não aceita, ainda, a Mulher, como indivíduo, não lhe pode negar a necessidade, que tem todo vivente, de comer.

Os irracionais trabalham, lutam para a conquista do seu alimento. E a Mulher? (Porque tudo não se resume no vestido, como, erroneamente, se pensa.)

Inferior aos próprios irracionais, domestica e domesticada, se contentará, eternamente,

em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano?

Maria da Ilha, p. 1.<sup>16</sup>

Por fim, dentre os discursos selecionados para este texto, na crônica de 15 de abril de 1934 a escritora reforça sua crítica à condição social da mulher na época, denunciando a opressão estrutural na qual estava sujeita e a negação de sua individualidade e autonomia. Para Antonieta de Barros, a sociedade em questão negava à mulher a condição de indivíduo pleno, além de nos revelar que não era apenas limitada a ocupar a esfera pública, mas também instruída a conformar-se com um papel de serviência. À vista disso, a autora questiona a passividade imposta às mulheres invocando a necessidade de conscientização e

<sup>16</sup> Jornal República, Florianópolis, n. 30, 15 de abril de 1934, p. 1.

luta por igualdade de direitos, um tema para o qual acreditava não haver espaço para a indiferença, além de ser essencial para assegurar a emancipação feminina.

#### 4. CONCLUSÃO

Utilizando-se de crônicas escritas e publicadas por Antonieta de Barros no jornal catarinense *República*, entre os anos de 1931 a 1934, o presente trabalho analisou a forma como a autora fez uso do espaço de privilégio que ocupava como jornalista para questionar as normas e os estereótipos de gênero vigentes na época tecendo críticas às desigualdades sociopolíticas entre homens e mulheres. Desse modo, destaca-se que os discursos selecionados para este estudo dialogam com a sua trajetória na medida em que ao refletir sobre os caminhos que percorreu até tornar-se professora, escritora e política entende-se como reflexos de uma vida dedicada à luta pela educação e a consciência do que a condição de mulher simbolizava, especialmente por ter as suas experiências atravessadas por opressões como o racismo e o patriarcalismo.

Nesse sentido, assume um papel de defesa dos direitos das mulheres compreendendo que o acesso à educação, o direito ao voto e ao mercado de trabalho são ferramentas essenciais para a emancipação feminina, visto que rompem com uma estrutura social hierárquica de privilégio masculino que objetivava a manutenção de uma dinâmica em que as mulheres deveriam permanecer em estado de inércia e aprisionadas por convenções sociais a fim de impedi-las de desenvolver a sua individualidade e autonomia. Entretanto, o seu discurso é permeado de ideias conservadoras que reforçam normas e estereótipos de gênero. Estas, por sua vez, contribuem para reforçar desigualdades entre homens e mulheres para a preservação de estruturas sociais patriarcais de controle das mulheres que subjagam-as à opressão, à exploração e à dominação.

#### REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BARROS, José D'Assunção. Revolução digital, sociedade digital e História. In: BARROS, José D'assunção (org.). **História Digital**: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 10-50.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORREIA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a Revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros**: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX. 2015. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A2NGEK>. Acesso em: 01 dez. 2024.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Doxa**: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 51-61, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FONTÃO, Luciene. **Nos passos de Antonieta**: escrever uma vida. 2010. 483 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93991>. Acesso em: 01 dez. 2024.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LACERDA, Danielle Christine Othon. A revolução digital na investigação historiográfica: transformações, oportunidades e desafios na construção do conhecimento. **REMATEC**: Revista de Matemática, Ensino e Cultura, Belém, v. 44, p. 1-15, ago. 2023. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/508>. Acesso em: 22 dez. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-403.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCCHESI, Anita. A história sem fio: questões para o historiador da era google. In: OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO & PESQUISA. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2012. p. 1-9. Disponível em: [https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518449\\_ARQUIVO\\_Ahistoriasemfio-AnpuhRJ-Textocompleto-AnitaLucchesi-31.05.12final.pdf](https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518449_ARQUIVO_Ahistoriasemfio-AnpuhRJ-Textocompleto-AnitaLucchesi-31.05.12final.pdf). Acesso em: 21 dez. 2024.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, [S. L.], v. 2, p. 45-57, abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/2127>. Acesso em: 21 dez. 2024.

LUNARDI, Emy Francielli. **Batalha de discursos**: o advento republicano e a (re)construção da política catarinense nos jornais partidários (1889-1898). 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93069>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 13-35.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 217-235.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Cruz e Sousa, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. L.], v. 20, n. 2, p. 71-99, dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, Daiana da; LUCIANO, Christiane dos Santos. Antonieta de Barros e a educação como estratégia antirracista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 284-296, out. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/62431>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ZALUSKI, Jorge Luiz. Entre a infância e a vida adulta: as fases da vida nas legislações educacionais em contexto de ditadura militar. **Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 53-78, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13411>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ZALUSKI, Jorge Luiz. **Mulheres e a educação**: a formação para donas de casa em uma escola moderna (Guarapuava 1971-1983). 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati-PR, 2016. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/983>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ZALUSKI, Jorge Luiz. Subjetividades de um ensino: marcações de gênero na educação escolar (1970-1980). **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 57, jul. 2020. DOI: 10.21680/1981-1802.2020v58n57id20985. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v58n57/es\\_1981-1802-eq-58-57-e20985.pdf](http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v58n57/es_1981-1802-eq-58-57-e20985.pdf). Acesso em: 04 fev. 2025.

ZANELATTO, João Henrique; ALVES, Ismael Gonçalves (org.). **Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930-1945)**. Criciúma: UNESC, 2017.